

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 15 de maio de 2008

Local: IBP-Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Julio Cesar Colpo (MS-ANVISA); Augusto Madruga (FUNDACENTRO); Antonio Colucci (FUNDACENTRO); Odilon Braga (CONTTMAF); Jailson Bispo Ferreira (CONTTMAF); Luiz Molle (PETROBRAS); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Luiz Moschini de Souza (IBP); Armando Vidigal (SYNDARMA)

1. A reunião iniciou-se com o quorum mínimo necessário
2. Inicialmente foi aprovada a ATA da 17ª RO sem alterações, com observação de que as ATAS aprovadas deverão ser assinadas na reunião subsequente, com as devidas alterações.
3. Foi informado pelo Sr. Coordenador a ausência justificada dos representantes do SINDPETRO e FUP.
4. Em seguida retomou-se a discussão do tema: **OBRAS DE CONSTRUÇÃO MANUTENÇÃO E REPAROS**
5. Após alguns debates, por solicitação da bancada dos empregadores, ficou acordado a substituição da palavra "obra" por "atividades de construção, manutenção e reparo" alterando destas formas itens anteriormente aprovados.
6. Outros itens foram discutidos e as modificações atualizadas seguem conforme abaixo:

ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO OU REPARO A BORDO DE PLATAFORMAS (Modificados e aprovados na 18ª) (Textos em azul foram consensados durante a reunião)

Considerações Preliminares: Nas Plataformas e suas Instalações de Apoio aplica-se a NR-18, devendo em função de particularidades de Projeto, Instalação e Operação, considerar-se na sua aplicação as disposições dos itens a seguir:

1. É obrigatória comunicação pelo operador da instalação à Superintendência Regional do Trabalho, antes do seu início, da realização de **atividades de construção, manutenção ou reparo** a bordo que impliquem em aumento da população da plataforma acima do cartão de lotação aprovado pela autoridade marítima, ou aumento acentuado do risco avaliado através de uma Análise Preliminar de Risco – APR ou instrumento similar de análise de risco

1.1 A comunicação deve conter as seguintes informações relativas à atividade:

- a. Identificação da Plataforma ou instalação de apoio onde ocorrerá a **atividade de construção, manutenção ou reparo**;
- b. endereço e qualificação das empresas contratadas, junto ao MPAS (CEI) e junto ao MF (CNPJ);
- c. descrição **das atividades**;
- d. datas previstas do início e conclusão da atividade;
- e. número máximo previsto de trabalhadores na atividade .
- f. APR ou instrumento similar de análise de risco, quando solicitado.

2. Sempre que for obrigatória a comunicação deve ser elaborado um PCMAT com no mínimo o seguinte conteúdo:
 - a. Memorial descritivo das **atividades**
 - b. Identificação dos riscos e definição das medidas de controle
 - c. Programa educativo contemplando a temática de acidentes e doenças do trabalho
3. Aos trabalhadores das **atividades de construção, manutenção ou reparos** realizadas a bordo devem ser proporcionadas áreas de vivência com condições de conforto e segurança equivalentes àquelas oferecidas aos demais trabalhadores a bordo.
4. Obras realizadas a partir de flutuantes devem ser aprovadas pelo comandante ou responsável por ele designado devendo atender aos requisitos da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário e seguir as Normas da Marinha do Brasil. (não houve consenso neste item)
5. **As instalações elétricas provisórias instaladas para suporte das atividades de construção, manutenção ou reparo a bordo devem ser submetidas a aprovação do comandante ou responsável por ele designado.**
6. Não se aplicam os itens da NR 18 referentes: (não houve consenso neste item)
 - a. ao transporte por veículos automotores devendo ser aplicadas as regras específicas deste Anexo para o transporte por helicóptero ou embarcação, inclusive quanto ao transbordo realizado por cesta.
 - b. Às áreas de vivência, devendo a elas ser aplicadas as regras específicas sobre áreas de vivência estabelecidas neste Anexo;
 - c. à demolição;
 - d. às escavações, fundações e desmonte de rochas;
 - e. carpintaria
 - f. às armações de aço;
 - g. às estruturas de concreto;
 - h. Alvenaria, revestimentos e acabamentos
 - i. Telhados e coberturas
 - j. Serviços em flutuantes (analisar)
 - k. Treinamento (analisar)
 - l. tapumes e galerias.
 - m. Dados estatísticos

- n. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA)
 - o. comitês permanentes sobre condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção
 - p. recomendações técnicas de procedimentos – RTP
 - q. disposições gerais (analisar)
 - r. disposições finais (analisar)
7. As atividades de construção, manutenção ou reparos devem ser executadas mediante procedimentos de permissão para trabalho (PT) com a adoção de medidas de proteção para o local e atividades realizadas. a bordo devem obedecer as medidas de proteção contra incêndio preconizadas para o local onde se realizaram, só podendo ser executadas com permissão específica para o trabalho.
8. As atividades de construção, manutenção ou reparo realizadas a bordo devem ser sinalizadas, e conforme o caso isoladas obedecendo as orientações técnicas e recomendações do comandante ou responsável por ele designado.
9. Além dos treinamentos obrigatórios de segurança e salvatagem, todos os trabalhadores que realizem atividades de construção, manutenção e reparos a bordo devem possuir os treinamentos exigidos para o tipo de atividade que irão realizar (não houve consenso neste item)
10. A limpeza e retirada de entulho das obras realizadas a bordo devem ser supervisionadas e autorizadas pelo comandante ou responsável por ele designado (retirar) (não houve consenso neste item)
11. Não se aplicam as exigências relativas a galerias e tapumes previstas na NR-18. Quando necessária a sua colocação, estes dispositivos deverão ser supervisionados e autorizados pelo comandante ou responsável. (retirar) (não houve consenso neste item)
7. Em seguida foram feitas breves considerações sobre o item **CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO**. O Sr. Coordenador a pedido da bancada dos empregadores, informou as Convenções da OIT referenciadas para a construção do texto proposto.
8. Os empregadores opinaram quanto a necessidade de adequar a proposta apresentada aos diferentes tipos de plataformas, sobre as quais se manifestarão com emendas ao texto.
9. Nada mais a tratar, a 19ª Reunião Ordinária ficou agendada para o dia 24 de junho de 2008, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, tendo como pauta a continuidade das discussões sobre os temas **das OBRAS DE CONSTRUÇÃO MANUTENÇÃO E REPAROS e das CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO**.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas